



## Ministério Público Estadual



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**  
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**  
SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**  
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**  
SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**VICENTE FELIX CORREIA**  
OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**EDUARDO TAVARES MENDES**  
OUVIDOR-SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**LUIZ BARBOSA CARNAÚBA**

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
**ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO**  
**LUCIANO CHAGAS DA SILVA**  
**LUIZ BARBOSA CARNAÚBA**  
**GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ**  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**  
**LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO**  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**  
**DILMAR LOPES CAMERINO**  
**DENNIS LIMA CALHEIROS**  
**VICENTE FELIX CORREIA**  
**ARTRAN DE PEREIRA MONTE**  
**JOSÉ ARTUR MELO**  
**EDUARDO TAVARES MENDES**  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**  
**MARCOS BARROS MÉRO**

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - Presidente**  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**  
**MARCOS BARROS MÉRO**  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**  
**ARTRAN DE PEREIRA MONTE**  
**LUIZ BARBOSA CARNAÚBA**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
**ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA**  
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR  
**LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO**  
DIRETOR DO 1º CAO  
**LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO**  
DIRETOR DO 2º CAO  
**GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ**  
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTE**  
CHEFE DE GABINETE  
**ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO**  
DIRETOR GERAL  
**JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA**  
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO  
**IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO**  
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO  
**JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS**  
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS  
**CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL**  
DIRETOR DE PESSOAL  
**DILMA ALVES DE QUEIROZ**  
DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA  
**MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS**  
CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA  
**ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA**  
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO  
DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA  
**MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA**

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 14 DE MARÇO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1192/2006.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (Proc. nº 1.11.000.000222/2006-97).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2947/2006.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (PA nº 02003.000594/2006-58).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2458/2007.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (PA nº 02003.000594/2006-58).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2605/2007.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (PA nº 02003.000595/2006-01).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2946/2007.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (PA nº 02003.000781/2006-31).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2965/2007.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (Ofício nº 762/2007-GAB/SUPES/IBAMA/AL).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 408/2008.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (Ofício nº 051/2008-GAB/SUPES/IBAMA/AL).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1136/2011.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (Proc. nº 1.11.000.001534/2010-02).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 492/2013.  
Interessado: Josinaldo José dos Santos.  
Assunto: Notícia da prática de delitos.  
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais de Maceió.

Proc: 608/2013.  
Interessado: 1ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.  
Assunto: Conflito negativo de atribuição.  
Despacho: Dirimo o conflito negativo de atribuição nos termos do parecer da douta Assessoria Técnica, à fls. 07/11, para reconhecer o órgão de execução suscitante como dotado de legitimidade na hipótese, forte na norma do art. 9º, IX, da Lei Complementar nº 15/96. Encaminhe-se o feito à 1ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Proc: 612/2013.  
Interessado: Mauricélia do Santos.  
Assunto: Notícia de irregularidades em órgão público.  
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Proc: 635/2013.  
Interessado: Juízo de Direito da 18ª Vara Cível de Maceió/Fazenda Estadual.  
Assunto: Mandado de citação.  
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a medida sugerida.

Proc: 669/2013.  
Interessado: Juizado Especial Criminal de Santana do Ipanema - PROJUDI.  
Assunto: Encaminhamento de cópia do Proc. nº 007.2011.017.863-4.  
Despacho: Acolho o parecer de fls. 31/33, pela manutenção do entendimento do ilustre Promotor de Justiça, no sentido do arquivamento do Proc. nº 007.2011.017.863-4. Devolvam-se os autos ao Juízo de origem.

Proc: 694/2013.  
Interessado: Cintia Gomes da Silva.  
Assunto: Notícia de irregularidades em concurso público.  
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições para funcionar nas causas de interesse da Fazenda Municipal.

Proc: 840/2013.  
Interessado: Ivan de Holanda Montenegro, Diretor de Apoio Administrativo desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de suas férias do servidor Fernando Antônio Vasco de Souza, período aquisitivo de 2012, remarcadas para o mês de fevereiro de 2013, para gozo em momento oportuno. Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 862/2013.  
Interessado: Fernando Dórea.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuição para funcionar nas causas de interesse da Fazenda Estadual, e de traslado ao Presidente do TC/AL.

Proc: 939/2013.  
Interessado: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República.  
Assunto: Notícia da prática de delitos.  
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 60ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Proc: 948/2013.  
Interessado: Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República.  
Assunto: Requerendo providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1025/2013.  
Interessado: Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerimento de licença para casamento.  
Despacho: Defiro. À DP para as anotações pertinentes. Após, archive-se.

Proc: 1112/2013.  
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Maceió.  
Assunto: Requerimento de estagiário.  
Despacho: À Escola Superior do Ministério Público.

Proc: 1113/2013.  
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Maceió.  
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.  
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 1114/2013.  
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Maceió.  
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.  
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 1115/2013.  
Interessado: Álvaro Bonato Sehnem, Analista do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de anotação de certificado em ficha funcional.  
Despacho: Defiro. À DP para as medidas cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 1117/2013.  
Interessado: Promotoria de Justiça de Piranhas.  
Assunto: Requerimento de remessa de Procedimento Administrativo ao Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do 2º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.  
Despacho: Defiro. Encaminhe-se ao supracitado Núcleo para as medidas cabíveis.

Proc: 1141/2013.  
Interessado: Elenssuzani Vitorino do Nascimento.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc nº PJCEDMA: 55/2011  
Interessado: Miguel César da Rocha e outros.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 66ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Procedimento Preparatório nº 04/2012.  
Interessado: Promotoria de Justiça de São Sebastião.  
Assunto: Irregularidade na venda de combustíveis.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 15 DE MARÇO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1239/2012.  
Interessado: Promotoria de Justiça de Traipu.  
Assunto: Encaminhamento de documentos.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1897/2012.  
Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.  
Assunto: Provimento de cargo público.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Pedido de providências. Diretoria de Pessoal da PGJ. Exigência prevista no item 9.6 do Edital de Concurso Público nº 01/2011. Suspensão das atividades da Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – SE-GESP/AL. Requisito indispensável para a posse. Necessidade de suspensão do prazo de posse. Previsto no art. 13, § 2º da Lei nº 5.247/91 e 9.5 do Edital, até a realização das providências necessárias. Pelo deferimento. Encaminhe-se à Diretoria de Pessoal para controle e fiscalização dos prazos”.

Proc: 2672/2012.  
Interessado: Corregedoria Nacional do CNMP.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3393/2012.  
Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Novo Lino.  
Assunto: Encaminhamento de cópia do Proc. 0000444-81.2010.8.02.0024.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a baixa dos autos ao Juízo de Direito da Comarca de Novo Lino.

Proc: 3638/2012.  
Interessado: Dra. Martha Bueno Marques Pinto, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face da manifestação da Assessoria Militar, à fl. 06, restou providenciado o solicitado. Archive-se.

Proc: 4930/2012.  
Interessado: Defensoria Pública da União.  
Assunto: Requerimento de informações.  
Despacho:  
1. Trata-se de reiteração de pedido de informações acerca de solicitação de assistência jurídica por parte da Defensoria Pública da União. Solicitação já respondida nos autos do Proc. PGJ nº 4673/2012.  
Encaminhe-se cópia do Proc. PGJ 4673/2012 ao interessado.  
Archive-se.  
Proc: 5123/2013.  
Interessado: Ministério Público Comunitário.  
Assunto: Requerimento de autorização para aquisição.

ção.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo– Aquisição de material. Projeto Básico. Justificada a necessidade da compra de pequeno valor. Necessidade do cumprimento do limite anual. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Orçamento nº 25/2013 com apresentação de 03 (três) cotações. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da aquisição junto a empresa Papeleria Maceió LTDA., perfazendo um valor de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais)”.

Proc: 5296/2012.  
Interessado: Promotoria de Justiça de Família da Comarca de Macaé/RJ.  
Assunto: Requerimento de informações.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 042/2013.  
Interessado: 11ª Promotoria de Justiça de Maceió – Infância e Juventude.  
Assunto: Solicitação de apoio da Procuradoria Geral de Justiça para fiscalização de entidades de atendimento à criança e ao adolescente.  
Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral à fl. 07, de que foi atendido o requerido, archive-se.

Proc: 098/2013.  
Interessado: Dra. Denise Guimarães de Oliveira, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.  
Despacho: Prejudicado. Archive-se.

Proc: 233/2013.  
Interessado: Joe Cavalcante da Rocha, Assessor de Logística e Transporte desta Procuradoria Geral de Justiça.  
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.  
Despacho: Prejudicado. Archive-se.

Proc: 493/2013.  
Interessado: Fernando Antônio Vasco de Souza, Chefe da Seção de Licitações desta Procuradoria-Geral de Justiça.  
Assunto: Requerimento de inscrição de curso de licitação.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Curso “Sistema de Registro de Preços”. Justificada a necessidade da capacitação, escolha do fornecedor e preço de mercado. Possibilidade jurídica. Aplicação do inciso II do art. 25, combinado com o art. 13 ambos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Possibilidade de contratação direta junto a empresa Consultre Consultoria e Treinamento LTDA., perfazendo o valor total de R\$ 1.890,00 (hum mil, oitocentos e noventa reais)”.

Proc: 634/2013.  
Interessado: Diogo Lessa dos Santos Melo, Técnico do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de gozo de férias escalonadas para o mês de dezembro do corrente ano, período aquisitivo de 2012, afim de serem usufruídas no mês de novembro do corrente ano.  
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 650/2013.  
Interessado: Ivan de Holanda Montenegro, Diretor de Apoio Administrativo desta Procuradoria-Geral de Justiça.  
Assunto: Requerimento para contratação de empresa.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo – Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de carpetes. Projeto básico. Justificada a necessidade da aquisição de pequeno valor. Necessidade do cumprimento do limite anual. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Orçamento nº 012/2013 com apresentação de 03 (três) cotações. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da aquisição da empresa Monta Módulo Comércio e Serviço LTDA, perfazendo um valor global de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais)”.

Proc: 708/2013.  
Interessado: Marcel de Castro Vasconcelos, Diretor de Gerenciamento de Informática desta Procuradoria Geral de Justiça.  
Assunto: Autorização para contratação.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo- Pedido de providências para contratação de materiais e serviços para implantação da Rede Lógica nas Promotorias de Justiça da Capital. Informação de existência de Ata de Registro de Preço nº 02/2012 no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, contendo itens que pretende contratar. Projeto básico. Informação da existência de disponibilidade financeira e orçamentária para o atendimento da despesa. Juntada das certidões de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa. Ata vigente. Pelo deferimento da contratação da empresa ARPSIT SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, detentora da Ata de Registro de Preços nº 02/2012, consoante os quantitativos e qualitativos descritos às fls. 09/11, perfazendo um valor total de R\$ 109.327,20 (cento e nove mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos)”.

Proc: 733/2013.  
Interessado: Sindicato dos Agentes Municipais de Trânsito do Estado de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 792/2013.  
Interessado: Dra. Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, Diretora da Escola Superior do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 849/2013.  
Interessado: Ivan de Holanda Montenegro, Diretor de Apoio Administrativo desta Procuradoria-Geral de Justiça.  
Assunto: Requerimento de autorização para aquisição.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo – Aquisição de duas máquinas fotográficas digitais. Projeto Básico. Justificada a necessidade da compra de pequeno valor. Necessidade do cumprimento do limite anual. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Orçamento nº 016/2013 com apresentação de 03 (três) orçamentos. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da aquisição junto a empresa AL-TEC – Alagoas Tecnologia de Computadores LTDA, perfazendo um valor total de R\$ 918,00 (novecentos e dezoito reais)”.

Proc: 860/2013.  
Interessado: Dra. Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, Diretora da Escola Superior do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 889/2013.  
Interessado: Secretaria Municipal de Administração/ Prefeitura de Maceió.  
Assunto: Encaminhamento de informações.



MPE/AL. Requerimento entregue com a pauta da sessão agendada para o dia 15.08.2012;

2. Deliberar sobre o Processo PGJ nº 4524/2012. Interessada: AMPAL. Assunto: Auxílio alimento, e

3. Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça.

Sala da Secretaria do CPJ/MPE/AL, em Maceió, 15 de março de 2013.

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza  
Secretário do CPJ  
PAUTA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CSMP A SER REALIZADA NO DIA 20.03.2013

Levamos ao conhecimento dos Senhores Conselheiros que na próxima quarta-feira, dia 20/03/2013, às 9h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

2. Apreciação da ATA da 3ª Reunião Ordinária de 2013.

PROCESSOS E EXPEDIENTES PARA CONHECIMENTO

1º Ofício 20/2013 – 17ª PJC – Interessado: Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação acerca da instauração de procedimento administrativo e encaminhamento de documentação que aponta para a possível prática de conduta delituosa, que foge à esfera de atribuições do Órgão de Execução de piso.

2º Processo PGJ nº 1179/2013 – Interessada: Dra. Maria Aparecida de Gouveia Carnaúba, Promotora de Justiça – Assunto: Encaminhamento de cópia de petição inicial de ação civil pública ajuizada.

3º Processo PGJ nº 1178/2013 – Interessada: Dra. Maria Aparecida de Gouveia Carnaúba, Promotora de Justiça – Assunto: Encaminhamento de cópia de Termo de Ajustamento de Conduta, referente aos festejos carnavalescos.

PROCESSO DE REMOÇÃO POR PERMUTA PARA DELIBERAÇÃO

Processo PGJ nº 523/2013 – Interessados: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Titular da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, e Dra. Lavinia Silveira de Mendonça Fragoso, Titular da 65ª Promotoria de Justiça da Capital – Assunto: Requerimento de remoção por permuta.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1º Processo PGJ nº 2297/2008 – Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Possíveis irregularidades na condução de Cícero Amélio da Silva para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - Reexame em manifestação de arquivamento – Interessado: Gabinete do Governador – Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro.

2º Processo PGJ nº 2805/2012 (Apenso Processo PGJ nº 3824/2012) – Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Unificação do regime jurídico da categoria de agentes de combate às endemias – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Arnaldo Luiz Lima – Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima.

3º Processo PGJ nº 1730/2012 – Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Possível prática de nepotismo no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, além de hipótese de contratação direta na Ad-

ministração Pública - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público Estadual - Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima.

4º Processo PGJ nº 506/2011 – Origem: 44ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Superlotação na Santa Monica – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: UNCISAL – Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima.

5º Processo PGJ nº 2129/2012 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Contratação de monitores sem a devida aprovação em concurso público pela Secretaria de Estado da Educação – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público Federal – Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima.

6º Processo nº 287/2011 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Fraude no sistema de escolha dos didáticos da rede estadual de ensino – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: MP/AL – Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima.

7º Processo nº 013/2006 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2005 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação para o Desenvolvimento do Turismo em Alagoas – Maceió Convention & Visitors Bureau – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

8º Processo nº 077/2008 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2006 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação Hospital do Açúcar – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

9º Processo nº 004/2011 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercícios 2002 e 2003 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: FEJAL – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

10º Processo nº 005/2011 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2004 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: FEJAL – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

11º Processo nº 006/2011 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2005 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: FEJAL – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

12º Processo nº 011/2003 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2001 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Orfanato São Francisco de Assis (Promotoria de Quebrangulo) – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

13º Processo nº 012/2003 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2002 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação para o Desenvolvimento do Turismo em Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

14º Processo nº 007/2004 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas da Fundação Mamíferos Aquáticos – Exercício 2002 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

15º Processo nº 006/2007 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas

– Exercício 2005 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação Mamíferos Aquáticos – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

16º Processo nº 012/2004 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Fundação Jackie Silva – SICAP Exercício 2003 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Ministério Público do Estado de Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

17º Processo nº 061/2003 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2002 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação Hospital do Açúcar – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

18º Processo nº 001/2005 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2003 SICAP – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação Hospital do Açúcar – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

19º Procedimento Administrativo nº 130/2012 – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de reclamação – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: PROCON – Walkíria Vaneska Alves da Silva – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

20º Processo PGJ nº 1008/2012 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Relatório de Inteligência Financeira – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: COAF/MF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

21º Procedimento Administrativo nº 024/2010 – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Reclamação contra a empresa de computadores Acer – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Jane Medeiros dos Santos – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

22º Procedimento Administrativo nº 016/2011 – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Reclamação em face da Tim e Anatel por propaganda enganosa – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Cláudia Tenório Lucena Maranhão – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

23º Processo nº Anônimo 024/2012 – Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Denúncia em face da Secretaria Municipal de Saúde noticiando a nomeação ilegal de servidores – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Anônimo – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

24º Processo nº 002/2007 – Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Nepotismo na Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público Estadual – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

25º Processo PGJ nº 865/2007 – Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Suposta contratação sem prévio concurso público por parte do ex-gestor do município de São Luiz do Quitunde – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Única Vara do Trabalho de São Luiz do Quitunde/AL – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

26º Processo PGJ nº 4260/2012 – Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Supostas irregularidades na realização de concurso público por parte do ex-gestor do município de Maceió – Reexa-

me em manifestação de arquivamento. Interessado: Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

27º Processo PGJ nº 2446/2006 – Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Suposta contratação sem prévio concurso público por parte do ex-gestor do município de São Luiz do Quitunde – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Única Vara do Trabalho de São Luiz do Quitunde/AL – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

28º Processo nº 1285/2008 – Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Denúncia de redução salarial sem redução de carga horária de trabalho dos servidores do município de Passo de Camaragibe – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

29º Processo nº 130/2009 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Denúncia de irregularidades na inauguração do anexo hospitalar da Unidade de Emergência Dr. Armando Lages – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Procuradoria Regional Eleitoral em Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

30º Procedimento Administrativo nº 066/2010 – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Representação em face da CASAL – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Jandecy Oliveira da Silva – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

31º Procedimento Administrativo nº 003/2012 – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Solicitação de elaboração de TAC para o Baile Municipal de 2012 – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Prefeitura Municipal de Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

32º Procedimento Administrativo nº 104/2011 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Deficiências no Residencial José Batista de Almeida – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessados: Moradores do Residencial José Batista de Almeida – Vale do Reginaldo – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

33º Procedimento Administrativo nº 167/2008 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de Contas das obras no Complexo de Unidades de Internação da Capital – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público de Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

Maceió, 15 de março de 2013.

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho  
Promotor de Justiça-Secretário

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Rua Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, 2º andar, Poço,  
Maceió-AL, CEP: 57025-400. Fone: (82) 2122-  
3529 e 2122-3530

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA.

Proc. Nº PGJ-1013/2013.

PORTARIA 1ª CPDA Nº 08/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital, em face de representação formulada,

informando poluição atmosférica decorrente do funcionamento de uma padaria de responsabilidade do estabelecimento comercial denominado SUPER-MERCADO SANTA JULIA, localizado na Rua José Laranjeiras, nº 177, bairro do Jacintinho, nesta capital, causando desconforto e agravando problemas alérgicos e respiratórios nos moradores do entorno.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO que o Poder Público, dentre outras tarefas, tem o dever de combater a poluição em qualquer de suas formas (CF, art. 23, inc. VI); e controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (CF, art. 225, § 1.º, V).

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 – Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió).

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

1 com espeque no art. 129, III, da Constituição Federal; art. 6º, I, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996; art. 2º, II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

2

3 INQUÉRITO CIVIL,

4 promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 – Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 – Comunicação da instauração do presente inquérito civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 – Requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do empreendimento com as normas urbanísticas ao Secretário Municipal de Controle e Convívio Urbano;

4 – Juntada aos autos da representação formulada e demais documentos.

5 – Designo o servidor Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Técnico deste Ministério Público para secretariar os trabalhos do presente procedimento preparatório.

6 – Designa-se o dia 5 de abril de 2013, às 9:00 horas, para realização de audiência objetivando propor ajuste de conduta às exigências legais, notificando-se SEMPMA, SMCCU, investigado e reclamante.

7 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 7 de março de 2013.

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Rua Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, 2º andar, Poço,  
Maceió-AL, CEP: 57025-400. Fone: (82) 2122-  
3529 e 2122-3530

POLUIÇÃO SONORA E ATMOSFÉRICA.

Proc. Nº PGJ-1064/2013.

PORTARIA 1º CPDA Nº 09/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de representação formulada pelo Condomínio do Edifício Sirius, informando poluição sonora e atmosférica decorrente da utilização de equipamentos geradores de ruídos e produtos químicos que são aspergidos durante a atividade de lavagem de veículos pelo estabelecimento comercial denominado SELETO, localizado na Avenida Engenheiro Paulo Brandão Nogueira, nº 280, bairro da Jatiúca, nesta capital, causando desconforto e agravando problemas alérgicos e respiratórios nos moradores do entorno.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 – provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, “à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou pre-

judiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos”.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio urbano, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO que o Poder Público, dentre outras tarefas, tem o dever de combater a poluição em qualquer de suas formas (CF, art. 23, inc. VI); e controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (CF, art. 225, § 1.º, V).

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 – Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió).

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

5 com espeque no art. 129, III, da Constituição Federal; art. 6º, I, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996; art. 2º, II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

6

7 INQUÉRITO CIVIL,

8 promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 – Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 – Comunicação da instauração do presente inquérito civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 – Requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do empreendimento com as normas urbanísticas ao Secretário Municipal de Controle e Convívio Urbano;

4 – Juntada aos autos da representação formulada e demais documentos.

5 – Designo o servidor Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Técnico deste Ministério Público para secretariar os trabalhos do presente procedimento preparatório.

6 – Designa-se o dia 5 de abril de 2013, às 10:00 horas, para realização de audiência objetivando propor ajuste de conduta às exigências legais, notificando-se SEMPMA, SMCCU, investigado e reclamante.

7 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 7 de março de 2013.

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '15' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

2013.000951-0  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO  
APEDO :  
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

1ª CÂMARA CÍVEL

2013.000421-1  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
IRONEIDE DA SILVA GOMES  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

3ª CAMARA CIVEL

2012.004956-6  
EMBARGOS DE DECLARACAO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO  
CAPITAL

EMBARGANTE:  
NAILTON AUGUSTO DA SILVA  
EMBARGADO:  
MUNICIPIO DE MACEIO  
Entrada :7/3/2013 Retirada :8/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 7/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
JOSE ARTUR MELO

## CÂMARA CRIMINAL

2012.002682-9  
APELAÇÃO CRIMINAL  
ARAPIRACA  
APETE :  
JOSE CLAUDIO DOS SANTOS  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :5/3/2013 Retirada :7/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 5/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça Convocado:  
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

## CÂMARA CRIMINAL-HC

2012.009059-4  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
PASSO DE CAMARAGIBE  
PACIENTE :  
ZAIDAN JOSE DA SILVA ALVES

Entrada :11/3/2013 Retirada :12/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 11/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça Convocado:  
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

## TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2012.001215-0  
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)  
UNIAO DOS PALMARES  
RECORTE :  
OSMAR DA SILVA MARQUES  
RECORRDO :  
MUNICIPIO DE SANTANA DO MUNDAU  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

## TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

601720-27.2002.8.02.0009  
AÇÃO PENAL ORIGINARIA  
CAPITAL  
AUTOR :  
MINISTERIO PUBLICO  
REU :  
MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Entrada :21/2/2013 Retirada :22/2/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 21/2/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

## TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2011.002008-2  
AÇÃO PENAL ORIGINARIA  
CAPITAL  
AUTOR :  
MINISTERIO PUBLICO  
REU :  
JAIR LIRA SOARES  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

## TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2012.008804-9  
CONFLITO DE JURISDIÇÃO  
CAPITAL  
SUSCITANTE:  
JUIZO DA 17ª VARA CRIMINAL DA COMARCA  
DA CAPITAL  
PARTE :  
JUIZO DA COMARCA DE MARECHAL DEODORO  
Entrada :11/3/2013 Retirada :12/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 11/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<

AO(S) '15' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

## 1ª CÂMARA CÍVEL

2013.000951-0  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO  
APEDO :  
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

## 1ª CÂMARA CÍVEL

2013.000421-1  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
IRONEIDE DA SILVA GOMES  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

## 3ª CÂMARA CIVEL

2012.009627-3  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
CAPITAL  
AGRADO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
AGRADO :  
GIRLANEI SOARES GAMA E OUTROS  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VICENTE FELIX CORREIA

## CÂMARA CRIMINAL

2012.005844-8  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
JOSE CLAUDIO SANTOS DE SOUZA  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :13/3/2013 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/3/2013  
Tipo: REDISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

## TRIBUNAL PLENO CÍVEL

2012.001215-0  
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)  
UNIAO DOS PALMARES  
RECORTE :  
OSMAR DA SILVA MARQUES  
RECORRDO :  
MUNICIPIO DE SANTANA DO MUNDAU  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

## TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2011.002008-2  
AÇÃO PENAL ORIGINARIA  
CAPITAL  
AUTOR :  
MINISTERIO PUBLICO  
REU :  
JAIR LIRA SOARES  
Entrada :14/3/2013 Retirada :15/3/2013  
Devolução :15/3/2013 Saidap/ TJ 15/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 14/3/2013  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<

AO(S) '15' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 1211/2013  
Interessado:  
VALDECLEIDE QUINTINO CORTEZ  
Natureza:  
DENUNCIA  
Assunto:  
DENUNCIA  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1212/2013  
Interessado:  
HUMBERTO PIMENTEL COSTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA, ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E GESTAO ESTRATEGICA  
Natureza:  
SOLICITANDO AUTORIZACAO  
Assunto:  
AUTORIZAÇÃO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1213/2013  
Interessado:  
DRES. MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA E DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA, PROMOTORES DE JUSTIÇA  
Natureza:  
REQ. PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CÓPIA DE DESPACHO DE CONVERSAO DE PROCEDIMENTO E DE PORTARIA PARA PUBLICAÇÃO NO DOE  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR

Proc. 1214/2013  
Interessado:  
DRES. MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA E DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA, PROMOTORES DE JUSTIÇA  
Natureza:  
ENCAM. DOCUMENTO  
Assunto:  
RESENHA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCEDIMENTOS DA PROMOTORIA DO CONSUMIDOR NA PRIMEIRA QUINZENA DE MARÇO DE